



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Solicita ao Ministério da Agricultura e Pecuária informações a respeito da Portaria MAPA/SDA nº 1.179/2024 e a possível influência da empresa JBS em sua publicação.

Senhor Presidente, requeiro, com fundamento nos art. 50, § 2º, e 70 da Constituição Federal e na forma dos art. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações ao Ministério da Agricultura e Pecuária a respeito da Portaria MAPA/SDA nº 1.179/2024 e a possível influência da empresa JBS em sua publicação:

1. Qual foi o embasamento técnico e jurídico para a edição da Portaria MAPA/SDA nº 1.179/2024?

2. Houve participação de representantes da JBS na formulação do texto da portaria ou nas discussões internas do Ministério sobre o tema?

3. Algum membro da JBS teve acesso antecipado ao conteúdo da portaria antes de sua publicação?

4. O Ministério da Agricultura recebeu sugestões, pareceres ou qualquer tipo de recomendação formal da JBS que possam ter influenciado a edição da portaria? Em caso afirmativo, solicito o envio dos documentos e registros dessas comunicações.

5. Quais foram as entidades do setor agropecuário consultadas antes da publicação da portaria? Houve participação de associações de pequenos e médios produtores na construção da medida?



6. Existem investigações internas no Ministério sobre possível tráfico de influência ou informação privilegiada no processo de elaboração e publicação da portaria?

JUSTIFICAÇÃO

A recente publicação da Portaria MAPA/SDA nº 1.179/2024 levanta preocupações sobre um possível favorecimento da JBS, que recentemente expandiu suas operações para o mercado de ovos. Dada a relevância dessa norma para a regulamentação do setor, é fundamental esclarecer se houve influência indevida da empresa em sua formulação.

A entrada de um grande conglomerado como a JBS nesse segmento altera significativamente a dinâmica do mercado, podendo afetar pequenos e médios produtores. Caso tenha havido informação privilegiada ou interferência direta, isso poderia configurar um grave problema de concorrência desleal, prejudicando a livre competição e a sustentabilidade dos demais agentes do setor.

Diante disso, este requerimento de informação busca garantir transparência e isonomia na formulação das políticas públicas, assegurando que normas regulatórias sejam elaboradas com base em critérios técnicos e sem favorecimentos a grupos específicos. O setor agropecuário precisa de regras claras e justas, sem espaço para interferências que possam distorcer o mercado e prejudicar produtores brasileiros.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada DANIELA REINEHR

